

Serviço Nacional de Aprendizagem do
Cooperativismo no Estado de Rondônia

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014	10

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua João de Abreu, Sl B-43 – Qd. F8 – Lt. 24e
Edifício Aton | Setor Oeste
Goiânia | GO | Brasil

T +55 62 3215.8444
F +55 62 3215.8499
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores e Conselheiros do
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Rondônia
Porto Velho – RO

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Rondônia (Sescoop RO ou Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Sescoop RO é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidade sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis do Sescoop RO para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos do Sescoop RO. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

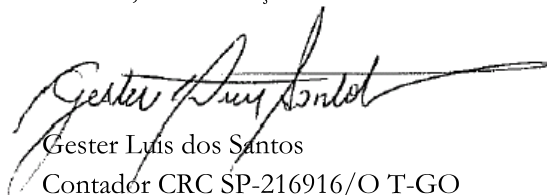
Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Rondônia em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidade sem finalidade de lucros.

Outros Assuntos

valores correspondentes a 31 de dezembro de 2014 e 2013

As demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rondônia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação foram por nós auditadas, cujo relatório foi emitido sem modificação em 06 de abril de 2015 com ênfase relacionada a representação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

Goiânia, 14 de março de 2016.



Gester Luis dos Santos
Contador CRC SP-216916/O T-GO

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RO

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Rondônia

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.268.781	953.487
Créditos de valores a receber	4	22.908	12.982
Outros créditos	5	2.400	35.037
Despesas pagas antecipadamente	-	7.462	2.626
Total do ativo circulante		1.301.551	1.004.132
Ativo não circulante			
Outros Créditos	5	6.200	-
Imobilizado	6.1	231.364	297.706
Intangível	6.2	3.677	5.903
Total do ativo não circulante		241.241	303.609
Total do ativo		1.542.792	1.307.741

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Rondônia

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	7	8.579	34.221
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	-	1.857	20.231
Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários	8	104.028	74.679
Outras obrigações	-	-	2.002
Total do passivo circulante		114.464	131.133
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	10	1.428.328	1.176.608
		1.428.328	1.176.608
Total do passivo e patrimônio líquido		1.542.792	1.307.741

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Rondônia

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional líquida	11	2.378.238	1.995.281
Custo/ despesas operacionais			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	12	(888.468)	(730.879)
Despesas de serviços profissionais contratados	13	(619.832)	(547.458)
Despesas administrativas	14	(536.901)	(468.848)
Despesas institucionais	15	(137.830)	(191.307)
Despesas tributárias	-	(23.680)	(18.505)
Depreciações e amortizações	6.1/6.2	(77.417)	(61.453)
Outras receitas operacionais	16	30.198	4.404
		<u>(2.253.930)</u>	<u>(2.014.046)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>124.308</u>	<u>(18.765)</u>
Resultado financeiro líquido	17	127.412	105.859
Superávit do exercício		<u>251.720</u>	<u>87.094</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Rondônia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Saldos acumulados em 31/12/2013 (representado)	1.089.514	-	1.089.514
Superávit do exercício	-	87.094	87.094
Transferência do superávit para patrimônio social	87.094	(87.094)	-
Saldos acumulados em 31/12/2014	1.176.608	-	1.176.608
Superávit do exercício	-	251.720	251.720
Transferência do superávit para patrimônio social	251.720	(251.720)	-
Saldos acumulados em 31/12/2015	1.428.328	-	1.428.328

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Rondônia

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superávit do exercício	251.720	87.094
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	77.417	61.453
Baixa do ativo imobilizado e intangível	-	5.873
	<u>329.137</u>	<u>154.420</u>
Aumento/(redução) nos ativos		
Outros créditos	16.511	(4.894)
Despesas pagas antecipadamente	(4.836)	-
	<u>11.675</u>	<u>(4.894)</u>
(Redução)/Aumento nos passivos		
Contas a pagar	(25.642)	31.621
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	(18.374)	20.027
Provisões trabalhistas e encargos previdenciários.	29.349	37.610
Outras Obrigações	(2.002)	(11.102)
	<u>(16.669)</u>	<u>78.156</u>
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	<u>324.143</u>	<u>227.682</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(8.849)	(199.789)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimento	<u>(8.849)</u>	<u>(199.789)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>315.294</u>	<u>27.893</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	953.487	925.594
No final do exercício	1.268.781	953.487
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>315.294</u>	<u>27.893</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O Sescoop integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas - monitoramento.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do Sescoop/RO evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema Sescoop opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional – o Sescoop NA, com sede em Brasília – e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O Sescoop está sujeito, ainda, à auditoria externa e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da

União), bem como enviar à Controladoria-Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

De acordo com o Artigo 150. da Carta Magna:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003)- VI - Instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é imune de qualquer tipo de imposto, inclusive sobre rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tendo em vista que esta remuneração trata-se predominantemente de uma recomposição de perdas por reflexos inflacionários e que tanto o valor principal quanto o acessório (rendimento) são aplicados fundamentalmente nas finalidades essenciais de seu objeto social.

De acordo com o inciso I do Artigo 12. do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, o Sescop RO está isento também da contribuição social.

As operações dos Sescops estaduais são substancialmente mantidas por meio de recebimentos do repasse de recursos efetuados pelo Sescop Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Entidade no dia 14 de março de 2016.

2. Preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do SESCOOP RO, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao SESCOOP RN são reconhecidas contabilmente quando da sua origem, a qual se dá através dos efetivos repasses recebidos.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 6.1.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de depreciação, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 6.2.

2.2.5. Recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

O SESCOOP RO avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta pudesse ser estimada de maneira confiável, o SESCOOP RN reconheceria no resultado a perda por *impairment*. Foi elaborado um relatório interno do SESCOOP RN, visando atender as exigências contidas no CPC-PME, e não foi identificada a necessidade de provisão para desvalorização de ativos em 31 de dezembro de 2015.

2.2.6. Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao SESCOOP RO bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.7. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros, serão gerados em favor do SESCOOP RO e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o SESCOOP RN possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e **(iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, das quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Entidade, visto que o CPC ainda não fez a emissão dos pronunciamentos locais equivalentes. A Entidade está avaliando os impactos da adoção nas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Receita de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – Operações de Arrendamento Mercantil
- IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2016) – Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização.

2.5. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa: órgão de gestão administrativa da entidade;

- Conselho fiscal: órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não havia concentração de risco relevante, assim como a entidade não possuía qualquer operação relacionada a derivativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	1	602
Aplicações financeiras (a)	1.268.780	952.885
Total	1.268.781	953.487

- (a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de fundo de renda fixa e Certificado de Depósito Bancário (CDB):

4. Créditos e valores a receber

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento concedido a empregados	13.438	1.753
Créditos e valores – terceiros (a)	6.183	6.538
Outros créditos	3.287	4.691
Total	22.908	12.982

- (a) Referem-se a juros e multas pagas de encargos sociais em atraso, e procedemos a identificação do responsável para que o valor seja restituído aos cofres do SESCOOP/RO.

5. Outros Créditos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Valores de verba de representação à comprovar (a)	-	35.037
Acordos judiciais (b)	2.400	-
Total curto prazo	2.400	35.037
Acordos judiciais (b)	6.200	-
Total longo prazo	6.200	-
Total	8.600	35.037

- (a) São créditos oriundos de valores adiantados a títulos de verba de representação, os quais foram devolvidos em fevereiro de 2015.
- (b) Refere-se ao acordo judicial realizado entre o SESCOOP/RO e Sr. Alexandre Nobre Rodrigues, no valor de R\$ 9.000, dividido em 45 parcelas, vencimento da primeira parcela em 10/11/2015. Tal acordo foi celebrado para restituição da bolsa de estudo paga pelo SESCOOP/RO, no decorrer do contrato de trabalho o Sr. Alexandre Nobre Rodrigues, se

desligou da Entidade e não fez o reembolso do valor. O acordo judicial foi julgado pela 4ª vara cível de Rondônia em 03/11/2015, com parecer favorável ao Sescop/RO.

6. Imobilizado e Intangível

6.1. Imobilizado

Descrição	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Depreciado	Líquido	Líquido
Mobiliário	10%	37.856	(24.149)	13.707	17.085
Veículos	20%	242.000	(90.450)	151.550	199.950
Máquinas e equipamentos	10%	33.781	(13.400)	20.381	19.370
Equipamentos de informática	20%	136.445	(108.808)	27.637	43.871
Equipamentos de comunicação	10%	22.591	(6.859)	15.732	14.414
Outros bens móveis	10%	6.579	(4.222)	2.357	3.016
Total		479.252	(247.888)	231.364	297.706

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2014:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2013 (representado)	Adição	Baixa	Depreciação	Baixa Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2014
Mobiliário	22.306	975	(5.070)	(4.081)	2.955	17.085
Veículos	47.200	183.000	-	(30.250)	-	199.950
Máquinas e equipamentos	20.564	3.964	(4.790)	(2.931)	2.563	19.370
Equipamentos de informática	62.875	-	(6.436)	(19.004)	6.436	43.871
Equipamentos de comunicação	4.230	11.850	(200)	(1.466)	-	14.414
Outros bens móveis	3.674	-	-	(658)	-	3.016
Total	160.849	199.789	(16.496)	(58.390)	11.994	297.706

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	Adição	Baixa	Depreciação	Baixa Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2015
Mobiliário	17.085	379	-	(3.757)	-	13.707
Veículos	199.950	-	(47.600)	(48.400)	47.600	151.550
Máquinas e equipamentos	19.370	3.990	-	(2.979)	-	20.381
Equipamentos de informática	43.871	-	-	(16.234)	-	27.637
Equipamentos de comunicação	14.414	4.480	-	(3.162)	-	15.732
Outros bens móveis	3.016	-	-	(659)	-	2.357
Total	297.706	8.849	(47.600)	(75.191)	47.600	231.364

A Entidade constituiu comissão para avaliar os bens do ativo imobilizado e intangível sobre os aspectos de tempo de vida útil, taxas de depreciação e avaliação. A comissão não encontrou valor residual relevante e/ou alteração no tempo de vida útil dos bens patrimoniais do Sescop. Conforme registros e controles existentes, não sendo realizado nenhum ajuste contábil em decorrência desta avaliação.

6.2. Intangível

Descrição	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2015	31/12/2014
Direitos de uso de software	20%	3.677	5.903
Total do intangível		3.677	5.903

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2014:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2013 (representado)	Baixa	Baixa Amortização	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2014
Direitos de uso de software	10.297	(3.060)	1.729	(3.063)	5.903
Total	10.297	(3.060)	1.729	(3.063)	5.903

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2015
Direitos de uso de software	5.903	(2.226)	3.677
Total	5.903	(2.226)	3.677

7. Contas a pagar

Obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores – pessoa jurídica	8.579	34.221
Total	8.579	34.221

8. Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes das folha de pagamento dos funcionários.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Férias abono pecuniário com 1/3	75.817	48.857
INSS sobre férias	21.828	11.062
FGTS sobre férias	5.663	3.815
PIS sobre férias	720	477
INSS sobre 13º salário	-	10.468
Total	104.028	74.679

9. Provisões para contingências

A Entidade não é parte em processos judiciais e/ou administrativos em andamento.

10. Patrimônio social

O patrimônio social é composto substancialmente de superávit e déficit acumulados, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio Social	1.428.328	1.176.608
Total	1.428.328	1.176.608

11. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita de contribuições destinadas ao Sescop (a)	1.515.696	1.132.739
Receitas de Transferência – FUNDECOOP (b)	862.542	862.542
Total	2.378.238	1.995.281

a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS (2,5% sobre da folha de pagamento) para o SESCOOP Nacional;

(b) Refere-se a complemento de recurso repassado pelo Sescop Nacional para aplicação na atividade do cooperativismo;

12. Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Vencimentos e remunerações	(507.735)	(421.009)
Encargos sociais	(178.284)	(149.358)
Indenizações trabalhistas	(10.000)	(3.582)
Benefícios sociais	(185.849)	(156.930)
Benefícios Assistenciais	(6.600)	-
Total	(888.468)	(730.879)

13. Despesas de serviços profissionais contratados

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Serviços especializados	(538.490)	(466.020)
Serviços de transportes	(29.259)	(26.840)
Serviços gerais	(19.732)	(35.075)
Estagiários	(31.277)	(10.847)
Outros Serviços	(481)	(500)
Encargos sobre serviços de terceiros	(593)	(8.176)
Total	(619.832)	(547.458)

14. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com dirigentes e conselheiros	(84.684)	(106.796)
Ocupação e serviços públicos	(51.191)	(48.713)
Despesas de comunicação	(37.497)	(49.994)
Material de consumo	(81.101)	(48.911)
Passagens e locomoções	(90.357)	(103.602)
Diárias e hospedagens	(191.395)	(106.662)
Outras despesas de viagens	(676)	(4.170)
Total	(536.901)	(468.848)

15. Despesas institucionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Locações	(4.880)	(53.263)
Materiais e divulgação	(30.208)	(25.253)
Materiais para treinamento	(3.746)	(18.160)
Serviços e divulgações institucionais	(53.527)	(48.540)
Auxílios financeiros a estudantes	(24.944)	(22.710)
Auxílios educacionais	(20.525)	(23.381)
Total	(137.830)	(191.307)

16. Outras receitas/ (despesas) operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receitas diversas	13.298	10.077
Resultado líquido da venda de ativo imobilizado	16.900	-
Outras despesas operacionais	-	(5.673)
Total	30.198	4.404

17. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	130.800	109.340
Total	130.800	109.340
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(3.388)	(3.481)
Total	(3.388)	(3.481)
Resultado financeiro líquido	127.412	105.859

18. Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. ‘

* * *